

DOI: [10.46943/IX.CONEDU.2023.GT07.005](https://doi.org/10.46943/IX.CONEDU.2023.GT07.005)

APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA PESQUISA “POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE GÊNERO E MATERNIDADE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL”

KÁSSIA MOTA DE SOUSA

Doutora em Educação. Professora adjunta da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

MARIANA MOREIRA DE QUEIROGA

Acadêmica de Letras na Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq.

RESUMO

Este artigo apresenta a revisão bibliográfica, percursos metodológicos e os primeiros achados da pesquisa “Políticas Institucionais de Gênero e Maternidade nas Universidades Públicas do Brasil” desenvolvida no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A Pesquisa de Iniciação Científica (IC) se caracteriza por tratar-se de um processo de introdução do sujeito pesquisador ao universo da pesquisa, nesse sentido a IC promove uma aproximação entre a graduanda pesquisadora e as referências teóricas relevantes para o trabalho, como também as metodologias e processos de análises. No artigo em tela organizamos as primeiras ações da pesquisa, durante seu primeiro ano de realização (2023), quando a graduanda se debruçou sobre a revisão bibliográfica e a contextualização da temática, bem como, estudou a metodologia da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a partir da qual a graduanda identifica as legislações existentes nas Universidades Federais (UF) acerca da temática específica. Aqui apresentamos as reflexões teóricas que tratam do trajetória educacional e histórico-social das mulheres, para tal, nos apoiamos nos escritos de Àries (1986), Badinter (2011) e ainda, das autoras Crenshaw (1989), Davis (1982), Gonzalez (2020) e hooks (2015), afim de compreender como a maternidade é marcada por atravessamentos, responsáveis por configurar

distintas formas de vivê-la a partir dos marcadores como raça, etnia e classe, ainda que no mesmo território, nesse caso em específico, a universidade. Inicialmente, os resultados encontrados dão conta da existência de políticas, ainda que restritas a algumas UF, o que coloca para as pesquisadoras – graduanda e orientadora – a necessidade de aprofundamento do estudo das políticas mapeadas afim de subsidiar a produção e reflexão de estruturas legais que possam conduzir as universidades para a redução das históricas desigualdades institucionais que reproduzem o machismo estrutural de nossa sociedade no seio da universidade brasileira.

Palavras-chaves: Políticas, Universidade, Gênero, Maternidade, PIBIC.

INTRODUÇÃO

O presente texto é um desdobramento da pesquisa Políticas Institucionais de Gênero e Maternidade nas Universidades públicas do Brasil, projeto fomentado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, na vigência 2022/2023, que visa a investigação e análise das políticas institucionais de gênero e maternidade nos âmbitos das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, propomos com essa pesquisa, refletir, ampliar e mapear as ações de permanência e assiduidade de mulheres mães acadêmicas nas mais diversas universidades federais espalhadas pelo Brasil.

É importante iniciarmos informando que entendemos gênero como termo polissêmico que se constitui como dispositivo cultural, construído historicamente, que classifica e posiciona as pessoas, organizando sentido às diferenças percebidas em nossos corpos e articulando pessoas, emoções e práticas dentro de uma estrutura de poder, podendo auxiliar no privilégio de grupos e de indivíduos (BUTLER, 2003; LOURO, 1997). Compreendemos também que as políticas de gênero implementadas no âmbito das Instituições de Ensino Superior são mecanismos institucionais, atos jurídicos internos, regulamentos, ações, programas desenvolvidos pelas instituições com o propósito de promover a equidade de gênero. E que aqui, nosso objetivo é pensar especificamente as mulheres mães, considerando recortes de classe e raça, e as questões provocadas a partir do acesso destas mulheres à universidade.

Aqui, especificamente, apresentamos o esforço de um projeto de Iniciação Científica (PIBIC) em realizar uma investigação acerca das políticas existentes em Universidades voltadas para atender as mulheres mães, para realização de tal tarefa, as pesquisadoras utilizam metodologicamente a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a partir identificam e analisam as legislações existentes nas Universidades Federais (UF).

APROXIMAÇÕES TEÓRICAS: A COMPREENSÃO DA MATERNIDADE E SEUS ATRAVESSAMENTOS

Ariès (1986); Badinter (2005) entendem a maternidade como uma construção social que se modifica segundo diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos. Partem, portanto, da ideia de que, historicamente, o valor dado a

maternidade, à relação mãe-criança e ao amor materno nem sempre foi o mesmo, sendo que as variações de concepções e atitudes relacionadas à maternagem são produzidas por uma série de discursos e práticas histórico-sociais.

A compreensão da maternidade como conceito cultural faz-se importante para o entendimento das estruturas que organizam o lugar social da mulher-mãe, definindo comportamentos peculiares, aspectos psicológicos específicos, limitando as formas de viver e ser para a mulher-mãe, bilogizando-as e distinguindo as mulheres mães das outras mulheres e dos homens, afastando a possibilidade da equidade de gênero para estas mulheres.

Pires (2021), nos lembra que essa maternidade é marcada por atravessamentos, responsáveis por configurar distintas formas de vivê-la, a partir dos marcadores como raça, etnia e classe (CRENSHAW, 1989; DAVIS, 1982; GONZALEZ, 2020; hooks, 2015).

Nesse aspecto, o que podemos observar explicitamente na conjuntura social atual é a maternidade como forma de subjugar uma condição limitante para a mulher, isso implica dizer que tudo relacionado aos cuidados da criança bem como o cuidado do lar é destinado apenas a um gênero. Esse acontecimento factual tem raízes preconcebidas na desigualdade transcorrida até a hodiernidade.

Nesse sentido, a autora Badinter (2011) explica o que o contexto histórico contribuiu para o enfrentamento árduo das mulheres ao resistir a condição imposta para elas.

Assim é que a crise econômica teve consequências negativas na esperada evolução dos homens. sua resistência à divisão das tarefas e à igualdade com isso foi aumentada. As tentativas promissoras a que pensávamos assistir se interromperem aí. A *crise igualitária* que se mede pela desigualdade salarial entre homens e mulheres têm origem na desigual repartição das tarefas familiares e domésticas. Atualmente, bem como há 20 anos, são sempre as mulheres que assumem um $\frac{3}{4}$ delas. Por isso a crise econômica é a única causa da estagnação da desigualdade. Outra, mais difícil ainda de ser resolvida, chegou para reforçá-la: uma *crise identitária* provavelmente sem precedentes na história da humanidade. (BADINTER, 2011, p. 10)

Sob essa perspectiva, a forma como a figura da mulher esteve sempre a margem da sociedade e sobre dominação masculina nos remete a pensar como essa

questão vem atravessando tanto tempo e permanece fortemente enraizada nos costumes da atuais.

Dessa forma, por um viés político e identitário que projeta validar a mulher mãe pela característica biológica que gesta uma criança e faz com que ela se resuma a isto, automaticamente, efetiva o homem a isentar-se dos seus deveres parentais e se resuma a prover o sustento familiar. Dessa maneira, a mulher que forçosamente se debruça de forma solitária aos cuidados dos filhos, por falta de subsídios para conciliar uma carreira acadêmica, conseqüentemente terá grandes frustrações e está propensa ao fracasso profissional. Durante a trajetória de luta e resistência das mulheres por um espaço justo para estas, tem sido atravessadas por inúmeros obstáculos, a exemplo disso é ter uma forma única de ser boa mãe impregnado na sociedade, e a falta de flexibilidade da sociedade para integrar a mulher que se torna mãe, como também fortes críticas áquelas que optam por não serem mães, instaurando um paradoxo econômico, político, racial e social.

Nesse sentido, a parentalidade é um mecanismo de equidade entre gênero para sanar os perçalços construído pela sociedade patriarcal, machista e preconceituosa que até na língua portuguesa demonstra com vigor a superioridade masculina através do uso majoritário de expressões o homem na representação da humanidade, como quando nos referimos a todos de modo geral e omitimos o uso de uma linguagem neutra¹. Além disso, entender a maternidade como um dever apenas da mãe é a forma mais perversa de alimentar o sistema tradicionalista e absolutista. Com isso, é crucial reafirmar a igualdade de gênero e a discussão de parentalidade como forma eficaz de prover e garantir que as mulheres gozem de sua liberdade e a sociedade reconheça que uma criança é responsabilidade de um conjunto e não somente da mulher que pari.

REFLETINDO SOBRE A ESSÊNCIA DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA MATERNIDADE NO ESPAÇO ACADÊMICO

Podemos compreender, de forma simplificada, as políticas institucionais como derivadas das políticas públicas, que por sua vez não possuem consenso

1 Proposta de equiparação da linguagem tradicionalista para uma linguagem usual que abarque as variações e identidades ideológicas da atual sociedade comunicativa na qual estamos vivenciando.

conceitual, e situadas em campos de disputas, tem possibilidades diversas de definição, variando de acordo com orientações políticas, econômicas de compreensão do tipo de Estado que se almeja constituir. As políticas institucionais, são diretrizes que expressam os parâmetros dentro dos quais as ações da Instituição e de seus integrantes devem se desenvolver, no cumprimento da missão para o alcance da visão. São assim, estruturas das instituições que formalizam e consolidam os entendimentos políticos.

Assim, as políticas institucionais, no âmbito do Gênero, são por nós compreendidas, como formas de enfrentamento à desigualdade de gênero, tendo como pauta de suas lutas o combate às opressões estruturais que afetam a condição de mulher na sociedade e nos diferentes aspectos da sua existência, nosso objetivo é mapear como o poder público (universidades federais) reproduzir e/ou reagir a estrutura patriarcal, entendendo o cenário de ações individuais, coletivas e institucionais que impactam na organização da maternidade e sua relação com a ciência, especificamente com a universidade brasileira.

Em nossa pesquisa, as políticas encontradas se relacionaram com ações de implementação de espaços lúdicos, acesso ao refeitório pelas crianças, filhos e filhas de mulheres da comunidade acadêmica, adequações em espaços de vivências para uso de filhos e filhas de mulheres da comunidade acadêmica, como fraldários alocados nos banheiros femininos, constituição de equipes de cuidados, recreação e formação para assistir filhos e filhas de mulheres da comunidade acadêmica.

Sobre essa ótica, encontramos resultados satisfatórios na pesquisa, apesar de restritos e em pequena escala, ou seja, existem universidades que já estão realizando a adequação de seus espaços considerando seu público diverso, inclusive de mulheres mães; Contudo, é necessário informar que tivemos dificuldades em encontrar canais de informação, nos bancos de dados da universidade, as questões da maternidade/parentalidade, pouco são faladas ou não são abordadas – não existe de fato publicização destas informações.

A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E SEU PÚBLICO

“Nesta Universidade se reunirão as faculdades de teologia, matemáticas, filosofia e medicina: e assim mais um curso de ciências físico-matemáticas, o qual será de sete anos para os militares engenheiros, de cinco para os artilheiros, de três para os militares que se aplicarem à arma de cavalaria, ou à infantaria, e à marinha; um curso farmacêutico, outro

de parto; e a faculdade de letras que prepare os alunos para os estudos universitários” (BARRETO; FILGUEIRAS, p. 1785, 2007)

A partir desta ideia, compreendemos que o movimento de criação das universidades desde o princípio foi algo projetado para a população masculina, uma vez citado acima as formações militares e cavalarias, atribuições ordinariamente atribuídas aos homens da sociedade tradicionalista. E, somente depois de muitos anos e longas disputas por espaços é que hoje é possível mulheres ocuparem tais postos.

Nas próximas linhas abordaremos sobre o espaço que a mulher almejava conquistar e como esse entrave respinga na estrutura de uma organização opressora. Nesse sentido, entendemos que a criação de universidades que incluíssem mulheres só foi efetivada após um período tardio. Destinados a construir um cerco para as mulheres e restringir o acesso da mulher na universidade aponta Bauer (2001, p. 15):

Em meados do século XIV, devido a uma grave crise econômica, a mulher foi banida do mundo do trabalho e reclusa ao lar. A subordinação feminina era quase que total. Elas foram excluídas de atividades que desde tempos remotos, realizavam, como, por exemplo, a enfermagem. As universidades, instituições criadas no século XIII, também foram proibidas às mulheres.

As mulheres tem travado uma luta árdua em favor dos seus direitos, e nesse contexto histórico esteve a revolução industrial que possibilitou a ruptura da mulher dentro do lar e conseqüentemente foi criando mecanismos – trabalhos externo ao domicílio, para que essa mulher saísse da zona do lar e conseguisse se manter e sobreviver nesse cenário machista. Assim, mais adiante ocorreu a criação de escolas para mulheres, um avanço considerável dentro da condição de opressão e exclusão em que as mulheres eram situadas, foi chamada de uma universidade feminina, esse espaço que estas pudessem ser colocadas e conquistassem pertencimento através do conhecimento científico.

No Brasil estima-se que a primeira mulher a ingressar no ensino superior datou-se nos anos de 1880. Portanto, com datas muito tardias em contrapartida aos homens, esse processo aponta um responsável para a hegemonia da desigualdade de gênero. A sobreposição do homem versos mulher acarretou escassez de oportunidades em larga escala e o não desenvolvimento profissional de um gênero.

Nesse sentido, a universidade é um lugar de oportunidade para tantos, contudo, para outros² representa um espaço parcialmente de opressão e rejeição.

Assim, é possível inferir, que o campo da ciência reproduz desigualdades históricas, culturais e de gênero e, por isso, os movimentos feministas vêm pressionando o poder público por políticas públicas e institucionais que apoiem mulheres que se tornam mães acadêmicas, nesse sentido a nossa pesquisa busca mapear tais iniciativas institucionais e suas localidades.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Na pesquisa foi utilizada a Revisão Sistemática da Literatura – RSL Caetano (2020), esta possibilitou a identificação precisa na busca por um conjunto de dados provenientes de diferentes realidades, ou seja, nas instituições de ensino superior que possuem assistência através de políticas de gênero e maternidade. Com isso, foi feita a coleta através dos sites institucionais e redes sociais das universidades, com suporte teórico, que contribuiu para que fosse esboçado um mapa panorâmico, seguindo os requisitos pré-estabelecidos na delimitação da pesquisa, e que este sirva de molde para outras futuras pesquisas de caráter comum. De tal modo, no momento em que foi feita a investigação das instituições, foi adotado os critérios que fomenta para a inclusão e possivelmente exclusão do material de análise, passando então pelo filtro estabelecido, foi possível ter a visualização regional dos resultados obtidos. Mediante o desenvolvimento RSL, foi confeccionado uma tabela na qual ocorre a identificação das então políticas institucionais encontradas, através dos marcadores/chaves para a busca, que foram a exemplo de maternidade; creche; gênero, à medida que foi encontrada uma política pública nas instituições, foi mapeada, ilustrado, frisando e analisando como essa política está sendo abordada nos muros da instituição que é oriunda.

DISCUSSÕES ACERCA DE COMO SE DEU ESTA REFLEXÃO

Para esse texto inicialmente após a primeira análise foram encontradas 17 universidades que conferem com os critérios de seleção estabelecidos pelo

2 Termo da língua portuguesa que reforça a desigualdade de gênero, uma vez que outros nesse contexto está posto para relacionar as mulheres.

estudo, sendo então, compreendidas como ações integralizadoras de mulheres mães no universo acadêmico, ações que, conforme nossa análise beneficiam diretamente as mulheres mães universitárias, ou seja, a construção de mecanismos eficazes para que as mães acadêmicas permaneçam nos seus cursos e prosperem academicamente.

Elaboramos um mapa ilustrativo para uma melhor visualização dessas ações e sua compreensão geográfica em território brasileiro. Seguindo os critérios da proposta de RSL, foi feito a exclusão de dados a partir do filtro que limitou-se em “políticas públicas institucionais que atendessem as demandas das mães dentro do espaço geográfico da universidade” considerando uma diversidade de ações políticas que se propunham a atender este público. A partir do mapa fica evidente a pouca existência de políticas públicas institucionais de maternidade e gênero no Brasil, observamos que grande distribuição de IFES no território brasileiros, poucas são as instituições alçadas para nossa análise.

Além disso, é fundamental ressaltar na primeira década do século XXI, houve um avanço de universidades federais no território brasileiro, fruto de políticas de interiorização das universidades, apesar disso, os primeiros resultados indicam para um número pequeno de IFES que atendem as especificidades do gênero da maternidade. Abaixo ilustramos o mapa com as regiões das IFES que possuem políticas:

Figura 1 – Mapeamento das IFES que atendem aos requisitos de gênero/maternidade/parentalidade.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

A partir desse mapa foi expostas as instituições que efetivam as políticas e seus segmentos, levando em consideração as especificidades da da proposta de mapeamento.

Foram encontradas ações de extensão, ações de coletivos de mães da universidade, licença maternidade, creches, auxílio creche, fraldários, bandeijão infantil, portaria que garantem as mães maiores prazos de entrega para atividades acadêmicas.

Muito embora, nem todas as experiências citadas acima se enquadram no formato de política pública, como esta não é uma conceituação consensual, elejemos para a pesquisa, que as políticas seriam atos, ações de caráter administrativo, institucional. Assim, ficam de fora de nossa análise, as ações frutos de coletivos, desdobramentos de pesquisas, ensino e extensão, que podem ter ou não caráter temporário, que ainda que realizadas no âmbito da Universidade, não são proposições administrativas, institucionais.

Nossa intenção ao delimitarmos-nos às práticas com caráter administrativo é fazer as instituições refeletirem e produzirem ações afirmativas que garantam acesso e permanência da mulher na condição de mãe, afirmando o caráter equitativo dessas instituições.

Figura 2: da esquerda para a direita, de cima para baixo: Siglas das universidades mapeadas; Anúncio de implantação dos fraldários da Universidade de Lavras, Minas Gerais; Brinquedoteca da Universidade Federal do Paraná; Resolução CEPE 7.827 da licença maternidade para alunas da Universidade de Ouro Preto.



Fonte: da esquerda para a direita, de cima para baixo: Elaborada pelas autoras; Instagram; Site da UFPR; Site do Ministério da Educação.

De antemão, o acervo de imagens acima ilustra parte do produto da pesquisa de IC, no qual a primeira fornece uma ilustração das siglas das respectivas das universidades exploradas e que contribuíram para compor o mapeamento sistemático. Desse modo, na segunda imagem é uma conquista da universidade federal de Lavras, divulgada no *Instagram*, onde expõe a implementação de um fraldário instalado no centro de convivência da universidade citada. Ainda, na terceira imagem mostra um espaço projetado para receber crianças no âmbito da universidade e criado dentro das dependências da universidade federal do Paraná, composto por brinquedos, tapetes e material pedagógico para interação dos filhos das estudantes. Nessa mesma lógica, na quarta imagem apresentamos uma resolução da universidade federal de Ouro Preto, que consiste em uma política afirmativa em prol das mulheres mães que recebem respaldo da instituição para condição de gravidez, se afastar da instituição e sem prejuízos com o trancamento do curso.

Diante dos achados da pesquisa, observamos que é necessário a maior implementação das políticas institucionais. As experiências encontradas possuem caráter inovador, mas, ainda são incipientes, mapear e refletir sobre elas, é tarefa urgente, para a subsidiar a ação efetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, conceituamos e sistematizamos com suporte da RSL a proposta de mapear as políticas institucionais de gênero e maternidade, a partir de um recorte teórico, conceitual amparadas nas perspectivas decoloniais.

As bases teóricas sobre as quais erigimos esta pesquisa abrangem, em maior proporção, a partir de uma abordagem feminista e decolonial, os conceitos teóricos de gênero e educação. Assim, apesar de compreendermos que, as abordagens de gênero estão presentes nas teorias feministas desde uma longa tradição, há aqui, uma definição a priori, que é a eleição da produção a partir do recorte epistemológico, um referencial de mulheres, que produzem a partir das Teorias do Sul.

Os dados levantados, nos colocam de frente a um contexto em que torna urgente que a ciência, a educação e especificamente a Universidade reafirme seu compromisso com o atendimento às demandas sociais, conduzido à criação de novos espaços e instrumentos institucionais atentos às especificidades das identidades específicas, à exemplo das mulheres mães e de seus filhos e filhas.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BADINTER, Elisabeth. **O Conflito: a mulher e a mãe.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

BARRETO, A. L; FILGUEIRAS, C. A. L. **Assuntos gerais.** Instituto de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Quim. Nova, Vol. 30. Rio de Janeiro, Brasil.

CAETANO, L. M. D.; NASCIMENTO, M. M. N. **Formação continuada de professores na área da tecnologia educativa no Estado do Rio Grande do Norte: revisão sistemática da literatura.** Programa de Pós-Graduação em Educação, Doutorado em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

CAETANO, Miguel. **Introdução a RSL, Sessão 01.** Universidade de Aveiro. Cidttf. Portugal, 2020.

CAETANO, Miguel. **Desenvolvimento da revisão sistemática de literatura, Sessão 02.** Universidade de Aveiro. Cidttf. Portugal, 2020.

CAETANO, Miguel. **Revisão sistemática de literatura no webQDA. Sessão 03.** Universidade de Aveiro. Cidttf. Portugal. 2020.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches.** 5th ed. Los Angeles: Sage, 2018.

CRESWELL, John W. **Educational research: planning, conducting and evaluating quantitative and qualitative research.** 6th ed. New York: Pearson, 2018.

CRUZ, Robson. **Cursos de verão sobre escrita acadêmica.** PUC MINAS, 2022. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=Fssb77KjL-8> acesso em: 16/02/2023 às 07:00.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEHNEN, J. **Machos em crise? A masculinidade nos romances de Daniel Galera.** In: BARBERENA, R; DALCASTAGNÈ, R. (Orgs.). Do trauma à trama: o espaço urbano na literatura contemporânea. Porto Alegre: Luminara Editorial, p. 273-300, 2015.

SILVA, J.M.S; SALVADOR, A.C. **Coletivos de mães universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades.** ANPUH BRASIL - 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021.

VALIM, Patrícia. **A maternidade é um ato político de primeira grandeza.** Universidade Federal de Ouro Preto. UFOP NOTÍCIAS, 2022. Disponível: <https://ufop.br/noticias/em-discussao/politicas-de-maternidade-nas-universidades> acesso: 16/02/2023 às 08:30.

REICHEL, Mariana; CENTENARO, Daniela; SCHNEIDER, Marina. **Ansiedade materna e maternidade: Revisão crítica da literatura.** INTERAÇÃO EM PSICOLOGIA | vol 21 | n 01 | 2017.